

Reforma do ensino começa em 86

PORTO ALEGRE
AGÊNCIA ESTADO

O ministro da Educação, Marco Maciel, anunciou ontem, em Porto Alegre, que em novembro serão apresentadas as conclusões da comissão de alto nível que estuda a reforma do ensino universitário. O trabalho da comissão — integrada por representantes dos professores, estudantes, trabalhadores, empresários, intelectuais e religiosos — será submetido “a um amplo debate nacional”, frisou o ministro, antes do envio ao Congresso de um projeto governamental. Maciel acredita que já no próximo ano possam começar a ser implantadas as novas diretrizes do ensino superior em todo o País.

Em entrevista na sala vip do aeroporto Salgado Filho, o ministro — que encerrou à tarde na capital gaúcha um seminário internacional sobre ensino, organizado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul com apoio de várias entidades — destacou a extraordinária elevação dos recursos que sua pasta disporá no próximo ano. Em 1985, o Ministério poderá aplicar entre Cr\$ 6 e 7 bilhões; em 86, terá recursos da ordem de Cr\$ 38 bilhões — o segundo maior de todas as pastas —, graças à recen-

te sanção da emenda João Calmon, que determina a obrigatoriedade de aplicação na educação de pelo menos 13% da receita de impostos da União, e de 25%, da dos Estados e municípios.

Embora não querendo antecipar pontos concretos que a comissão de alto nível poderá propor na reforma universitária, o ministro da Educação disse que estão sendo debatidas questões como a ampliação da autonomia das universidades; as suas formas de financiamento; a instrumentação técnica; os requisitos da qualificação acadêmica; os objetivos do intercâmbio universitário; a integração ensino e pesquisa; o cumprimento das tarefas de de extensão, “resultado de seu comprometimento com a realidade social”, além de projetos específicos para as carreiras de professor.

Maciel observou que o trabalho da comissão não ficará restrito à análise específica do ensino superior, embora este seja o seu tema central, pois dela participam também professores de primeiro e segundo grau, que debatem a integração dos diversos níveis de ensino. Destacando o fato de esta comissão ser composta por representantes de vários segmentos sociais, e o sucesso do recen-

te Dia Nacional do Debate sobre Educação, o ministro assegurou que o governo pretende que os seus projetos “surjam de cima para baixo: planos de gabinetes fechados e herméticos não ficam em sintonia com a sociedade”.

“O povo não esquece, Maciel é do PDS.” Foram algumas das frases hostis que, entre vaia, o ministro da Educação, Marco Maciel, ouviu de um grupo de cerca de cem estudantes de vários cursos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul — como de Filosofia, Física, Letras, Química, Matemática e Engenharia —, ao chegar ao **campus** da universidade, em Porto Alegre.

Carregando várias faixas e cartazes, os estudantes protestaram contra as más condições de ensino e do restaurante universitário. Embora não estivesse previsto no programa do seminário, antes de fazer sua palestra, o ministro da Educação atendeu aos pedidos dos estudantes e lhes concedeu a palavra para que apresentassem suas reivindicações.

Após, em entrevista, antes de retornar à Brasília, Marco Maciel disse encarar “com naturalidade” as manifestações dos estudantes ressaltando que esses episódios “fazem parte do processo democrático”.